

Crítica e «mito»

# Portugal e a União Europeia em João Martins Pereira

É próprio dos intelectuais públicos contribuírem com as suas reflexões para a identificação das grandes linhas de força que caracterizam os fenómenos que analisam. Assim detectam traços que persistem em diferentes momentos da vida desses fenómenos. Não será difícil encontrar actualidade nas advertências que João Martins Pereira deixou, por exemplo, quanto à natureza e função da burocracia e das elites europeias, ou de uma comunicação social complacente.

JOÃO MOREIRA \*

**I**niciativa legislativa. Princípio da subsidiariedade. Reuniões e não-reuniões. Cooperação transfronteiriça. ACPs. Maastricht e os seus três pilares. Indemnizações compensatórias. 300 medidas (para o Mercado Único). Transparência. DG I a DG XXIII. Pareceres do CES. SME (e SME2). Construção europeia. ECOFIN. Livros Verdes. BC-NET. Directivas. Eixo Paris-Bona. Expedições e chegadas. Regiões ultra-periféricas. "Proposta de directiva do Conselho que altera o Capítulo 2 do Anexo II da Directiva 92/118/CEE do Conselho, que define as condições sanitárias e de polícia sanitária que regem o comércio e as importações na Comunidade de produtos não sujeitos, no que respeita às referidas condições, às regulamentações comunitárias específicas referidas no Capítulo 1 do Anexo A da Directiva 89/662/CEE e, no que respeita aos agentes patogénicos, da Directiva 90/425/CEE (apresentada pela Comissão)". Relatório Cecchini. Auxílios estatais. Livre prática<sup>[1]</sup>.

Assim começa um artigo do «intelectual público» João Martins Pereira (1932-2008) sobre a burocracia operativa, legal e verbal promovida por Bruxelas. Nascido politicamente numa geração europeia que assistiria à Revolução Húngara de 1956, à Primavera de Praga e ao Maio francês em 1968, e que seria profundamente influenciada pela Escola de Frankfurt e pelo «marxismo ocidental», o ensaísta português viria a aproximar-se, em 1974, do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e, a partir de 1987, a colaborar no jornal *Combate*, associado ao Partido Socialista Revolucionário (PSR) – organização política de tradição trotskista. Entretanto, em 1975, Martins Pereira viria a ocupar de forma efémera a cadeira de secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia no IV Governo Provisório. Apesar de poucos meses membro do executivo de Vasco Gonçalves, haveria de ser um dos responsáveis políticos pela nacionalização de grande parte da economia portuguesa.

A par da crítica das esquerdas portuguesas, e da análise das respectivas direitas, a Comunidade Económica Europeia (CEE) / União Europeia (UE) e a integração de Portugal nesta foram temas predominantes na obra do ensaísta. Acérrimo crítico da política comunitária, o autor afirmaria, em 1989, na obra diarística *O Dito e o Feito*, que «toda a gente sabe, ou era bom que soubesse, que o Parlamento Europeu de Estrasburgo é apenas um grande palco, com actores principescamente pagos (mais de dois mil por mês — contos, pois!), que de parlamento só tem a aparência, e o limitado poder de, anualmente, votar o orçamento comunitário»<sup>[2]</sup>.

Note-se, no entanto, que a crítica não era meramente circunstancial. Logo em 1983, no controverso livro *No Reino dos Falsos Avestruzes*, Martins Pereira lembrava que «a Comunidade Económica Europeia não é propriamente uma instituição de caridade – se é que chega a ser uma "Comunidade Económica"»<sup>[3]</sup>. Ainda assim, «muita gente», particularmente em Portugal, teria então «o seu quinhão de "seiva europeia"», levando «muitas vilas e aldeias» a verem «finalmente o seu acesso asfaltado, a sua ponte ou os seus esgotos eternamente adiados». Mais, seria neste período que «umas quantas cidades tiveram hospital ou escola superior, muitas empresas a sua máquina nova, muitos empresários o seu carro último modelo, muitos trabalhadores e desempregados o seu cursozito de formação, verdadeiro ou fictício»<sup>[4]</sup>. No entanto, crítico do processo, Martins Pereira lembrava que «não é apenas com dinheiro que a estrutura económica de um país se conserta em meia dúzia de anos, embora o dinheiro possa continuar a calar muitas bocas»<sup>[5]</sup>.

## A construção de um «designio nacional»

O «mito da CEE» que, de acordo com Martins Pereira, entre outros «mitos, trau-

mas e complexos», ajudariam a edificar o «pequeno mundo político-cultural português», ocuparia, para o autor; um lugar central na explicação da sociedade política portuguesa das décadas de 1970 e 1980. «[E]spécie de "os amanhã que cantam" da burguesia portuguesa dos nossos dias»<sup>[6]</sup>, no final, «serve (...) essencialmente para ir contabilizando os sucessivos "éxitos" nos périplos europeus dos primeiros-ministros, os regressos de sempre radiosas delegações a Bruxelas, os meses que faltam para o ingresso num ano (mítico?) de 1984 muito mais do que como indiscutível "designio nacional" que devesse mobilizar tudo e todos»<sup>[7]</sup>.

«[C]laramente enunciado por [Mário] Soares» ao questionar-se publicamente «sobre o que teria para oferecer aos portugueses se a CEE não nos aceitasse no seu seio», o «mito da CEE» nasceria, pois, «da total desconfinança nas energias e capacidades nacionais». Mais acrescenta Martins Pereira – ironicamente – que, «se por tal se entender as energias e capacidades dos chamados "agentes de decisão económica", é possível que não se ande longe da verdade». Em todo o caso, Soares, de acordo com o ensaísta português, não reclamava mais do que «tutela», visto que o antigo primeiro-ministro devia ainda estar «traumatizado pelo espectáculo que as energias e capacidades nacionais tinham "dado ao mundo" em 74-75»<sup>[8]</sup>.

Mas não apenas Mário Soares depositava todas as suas esperanças na CEE. Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e demais políticos nacionais – porta-vozes políticos da burguesia nacional – «esperavam, simplórios como são», que a CEE pagasse «fosse o que fosse para acolher as "jovens democracias", designadamente a portuguesa». A publicação internacional, promovida pelas inúmeras viagens aos diversos Estados-membros pelos diferentes primeiros-ministros, teria mesmo como objectivo vender a imagem, aos eleitores portugueses e ao resto da Europa, de uma maioria política que tudo jogava na integração.

No entanto, «o tempo passava» e «começou-se a perceber que as coisas eram mais sérias»<sup>[9]</sup>: a burguesia portuguesa continuaria a não dominar o vocabulário e a «linguagem» moderna e europeia – visto que se tinha consolidado num «contexto ideológico em que predominavam os valores da "terra" sobre os da "indústria". Nesse sentido, «obrigada» a comunicar «numa linguagem que conhece mal» e, mais ainda, «forjada por tecnocratas "de aviário"», via-se mergulhada numa «compreensível insegurança» e em «clamorosos dislates – ao ponto de ser por vezes difícil destrinçar o mito do puro disparate». Esta afirmação de Martins Pereira é mais bem entendida se, acompanhando o pensamento do autor, se reconhecer que os «mitos produzidos» não têm uma base social consistente e, por isso, são compreendidos como «eminentemente conjunturais e, assim, facilmente "decifráveis"».

O «sistema de mitos» do presente português, como lhe chamou, mais não seria do que uma «mitologia desgarrada e desconexa, frágil na sua ligação com a (...) realidade social» e «desintegrada de uma ideologia convicta e historicamente assumida»<sup>[10]</sup>. Indo mais longe, o autor de *Pensar Portugal Hoje* afirma que «a indigência da produção ideológica das nossas "elites"» seria mesmo «reflexo da sua própria fragilidade e da sua "inorganicidade" face às forças de que são, ou julgam ser, porta-vozes»<sup>[11]</sup>. Nesse sentido, questiona-se retoricamente: «E como não seria assim se a burguesia portuguesa nunca reivindicou para si valores tão radicados noutras paragens como sejam o "trabalho", a "poupança", o "progresso" e, pelo contrário, sempre a vimos gastadora, especuladora, não-investidora?»<sup>[12]</sup>...

## O papel dos media e da linguagem opca

Auxiliando a burguesia portuguesa es-tariam notoriamente os mais importantes meios de comunicação social, em grande medida pouco esclarecedores no que às matérias europeias diria respeito e com

uma linguagem cheia de códigos por decifrar para a maioria da população: «Maastricht», «Pacote Delors 2», «UEM», seriam apenas alguns exemplos<sup>[13]</sup>. Mas, diria Martins Pereira, esse seria «um dos atributos do mito» (deste e de outros), ou seja, «que é o de não ter de ser explicado, não necessitar de argumentação»<sup>[14]</sup>.

Haveria, portanto, «antes de mais», de se desconstruir «o mundo de ficção criado pela língua-de-pau que os nossos políticos, feitos papagaios de Bruxelas e por interesse próprios, diariamente nos querem impingir, com a colaboração prestável» da própria «comunicação social»<sup>[15]</sup>. Curiosamente, já em 1971, Martins Pereira diria que os grandes aliados do alegado projecto «europeísta» seriam os futuros «meios de expressão "cultural"»<sup>[16]</sup>. Assim, estes «continuarão a constituir entre nós um dos veículos da ideologia dominante: com os seus passos adiante e atrás, de acordo com a não-linearidade do processo que atravessamos, eles ir-nos-ão servindo gradualmente os ingredientes necessários (e suficientes) para virmos um dia a ser europeus, talvez de segunda ordem, mas europeus quand-même»<sup>[17]</sup>.

O autor haveria ainda de reservar parte significativa da sua produção à crítica do Partido Socialista (PS), nomeadamente enquanto máximo promotor político-partidário da «integração europeia». Esta não passava, para o PS, de «apenas um slogan ou uma "ideia"». Segundo Martins Pereira, tal slogan «nada tem que ver com um ver-

dadeiro projecto» resultado da «elaboração de uma estratégia e de uma metodologia»<sup>[18]</sup>. Nesse sentido, o autor marxista procura Antonio Gramsci para definir aquela organização política. O PS seria, então, o «partido do estrangeiro», ou seja, o partido que, num contexto de subordinação económica internacional, «virá a representar esta situação e a explorá-la, com o objectivo de impedir que outros partidos rivais o ultrapassem» (Gramsci apud Pereira). Mais do que representar «as forças vitais do seu próprio país», o PS representaria a «escravatura económica [de Portugal] às nações hegemónicas ou a algumas delas»<sup>[19]</sup>. As décadas seguintes acabariam por dar toda a razão ao autor de *No Reino dos Falsos Avestruzes*.

Não é possível fazer aqui uma análise exaustiva à compreensão que o autor tinha do processo de integração europeia ou da própria CEE/UE. Ainda assim, as linhas redigidas oferecem conclusões que se devem tomar em linha de conta e que se encontram, de forma geral, num texto do ensaísta de 1996. Em «A Mão Pouco Visível da "Europa"», João Martins Pereira denuncia a «linguagem de iniciados», a «euroburocracia alargada», o «Plano sem nome»<sup>[20]</sup>. O alegado projecto europeu – o projecto de parte significativa das burguesias europeias – de Atenas a Estocolmo, de Lisboa a Viena, era, pois, um projecto edificado de forma errónea, não-democrática e opaca para a maioria dos cidadãos. O caso português era mais flagrante

visto que a burguesia nacional, sem passado democrático, corrupta e durante tantas décadas «antieuropeia», lançava-se num projecto político, económico e ideológico que, em larga medida, desconhecia.

Por fim, note-se que o pensamento político do intelectual português não era sistémico nem sistemático. Apesar de recolher no marxismo original uma parte significativa da sua interpretação da história e das sociedades contemporâneas, a análise de Martins Pereira à questão europeia era realizada *on cours*, sem preconceitos teórico-ideológicos ou de outra índole. Essa

liberdade, pouco habitual no ensaísmo político português, não lhe granjearia proximidades com a generalidade das esquerdas em Portugal. Mas esse era igualmente um preço que «o mais importante intelectual marxista no pensamento político português das últimas décadas»<sup>[21]</sup>, nas palavras de Francisco Louçã, não se importava de pagar. Como diria: «ser de esquerda não tem necessariamente de ser cómodo. Quase nunca o é»<sup>[22]</sup>. Que não falte hoje a mesma liberdade à esquerda portuguesa. ■

\* Historiador.

[1] João Martins Pereira, «A mão pouco visível da Europa», em Francisco Louçã e João Paulo Cotrim (ed. lit.), *Papéis 97*, Edições Combate, Lisboa, 1996, pp. 65-66.

[2] João Martins Pereira, *O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987*, Edições Salamandra, Lisboa, 1989, p. 22.

[3] João Martins Pereira, *No Reino dos Falsos Avestruzes: um olhar sobre a política*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1983, p. 53.

[4] João Martins Pereira, «Três notas sobre o Portugal Europeu», em *As voltas que o Capitalismo (não) deu*, Edições Combate, Lisboa, 2008, p. 22.

[5] *Idem*, p. 25.

[6] *Idem*, pp. 23-24.

[7] *Idem*, pp. 26-27.

[8] João Martins Pereira, *No Reino...*, pp. 52-53.

[9] *Idem*, pp. 53-54.

[10] *Idem*, p. 27.

[11] *Idem*, pp. 25-28.

[12] *Idem*, p. 27.

[13] João Martins Pereira, «Três notas sobre o Portugal Europeu», *op. cit.*, p. 22.

[14] João Martins Pereira, *No Reino...*, p. 28.

[15] João Martins Pereira, «Os falsos avestruzes da «construção europeia»», em *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*, Edições Combate, Lisboa, 2008, p. 65.

[16] João Martins Pereira, *Pensar Portugal Hoje*, 1ª edição, Publicações Dom. Quixote, Lisboa, 1971, p. 165.

[17] *Idem*.

[18] João Martins Pereira, *Pensar Portugal Hoje*, 3ª edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1979, p. 147.

[19] João Martins Pereira, *No Reino...*, p. 142.

[20] João Martins Pereira, «A mão pouco visível da Europa», *op. cit.*, p. 65.

[21] Francisco Louçã, «Prefácio», em João Martins Pereira, *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*, p. 5.

[22] João Martins Pereira, *No Reino...*, p. 66.

ficha de assinatura

# LE MONDE diplomatique

EDIÇÃO PORTUGUESA

É dos nossos leitores e assinantes que dependemos. Resolvido, com o forte empenho de todos os que fazem este projecto, o problema de défice que nos atormentava, conseguimos proporcionar, já a partir do mês de Agosto, uma assinatura com o jornal a chegar a casa da quase totalidade dos assinantes no mesmo dia em que chega às bancas. O preço mantém-se inalterado na assinatura e na renovação. Se não é assinante, assine e aproveite as novas condições!

**Assinar é reforçar a independência e a estabilidade financeira do jornal.**

**Ainda mais fácil e mais cómodo:**  
<http://pt.mondediplo.com>

no nosso sítio da Internet poderá fazer a sua assinatura, pagando através do sistema PayPal.

	Continente e Reg. Autónomas		Europa	Resto do mundo
	Normal	Estudante <sup>(1)</sup>		
1 ano	€ 40	€ 30	€ 64	€ 75
2 anos	€ 75	€ 50	€ 117	€ 128

(1) mediante envio de fotocópia do cartão de estudante actualizado.

#### FORMAS DE PAGAMENTO

- Transferência bancária (NIB 003 601 859 910 001 195 592) validada pela anexação do comprovativo de transferência.
- Vale postal ou cheque (traçado, para maior segurança) à ordem de: Outro Modo, Cooperativa Cultural, CRL.

#### DADOS PESSOAIS (da pessoa que vai receber o jornal)

Nome

Data de Nascimento (aaaa/mm/dd) / /

Número de contribuinte

Morada

Código postal - |

Telefone | E-mail

Profissão/Áreas de interesse

Por favor, preencha e envie para Outro Modo, Cooperativa Cultural, CRL, Apartado 22510, EC Socorro, 1147-501 Lisboa